

FORMACIÓN DE ÉLITES Y EDUCACIÓN SUPERIOR EN IBEROAMÉRICA (SS. XVI-XXI)

VOLUMEN II

ESPAÑA
PORTUGAL



JOSÉ MARÍA HERNÁNDEZ DÍAZ
(COORDINADOR)

© Los autores

© De la presente edición: Los editores.

I.S.B.N.: 978-84-940214-1-1

Depósito legal: S. 406-2012

Título de la obra: Formación de élites y Educación Superior en Iberoamérica (SS. XVI-XXI).

Coordinador de la publicación: José María Hernández Díaz.

Edición al cuidado de: José Luis Hernández Huerta.

Diseño de portada: José Luis Hernández Huerta e Iván Pérez Miranda.

Edita: Hergar Ediciones Antema.

Realiza: Gráficas Lope

C/ Laguna Grande, 2 (Pol. Ind. El Montalvo II)

Telfs: 923 19 41 31 - 923 19 39 77

37008 Salamanca

www.graficaslope.com

Reservados todos los derechos. Ni la totalidad ni parte de esta publicación pueden reproducirse, registrarse o transmitirse, por un sistema de recuperación de información, en ninguna forma ni por ningún medio, sea electrónico, mecánico, fotoquímico, magnético o electroóptico, por fotocopia, grabación o cualquier otro, sin permiso previo por escrito de los titulares del Copyright.

AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERISDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA: DESAFIOS AO ENSINO SUPERIOR

Maria de Lourdes Haywanon Santos Araujo

e-mail: marialore@ig.com.br

Sandra Nivia Soares de Oliveira

e-mail: sandranivias@yahoo.com.br

Washington Almeida Moura

e-mail: washington.moura@gmail.com

(Universidade Estadual de Feira de Santana. Brasil)

O tema e seus caminhos metodológicos

As ações afirmativas são um tema recente nas universidades brasileiras e gerador de muitos debates e conflitos. Em geral, quando se fala em ações afirmativas no ensino superior a discussão é automaticamente relacionada ao sistema cotas. Entretanto, elas, são muito mais do que isso. Diz respeito a um conjunto de políticas que são pensadas para possibilitar a grupos historicamente alijados do ensino superior, ingressar e permanecer na universidade. No que se refere ao ingresso, variados são os modelos que as universidades brasileiras adotaram para garantir uma forma especial de entrada desses grupos. Na UEFS o acesso se estrutura basicamente na reserva de 50% de suas vagas nos cursos de graduação para candidatos originários de escola pública destas, 80% são destinadas para candidatos autodeclarados afrodescendentes. Além disso, são destinadas mais duas vagas extras para candidatos indígenas e quilombolas.

O artigo parte do pressuposto de que as ações afirmativas provocam movimentos que, por sua vez, vão incidir na configuração da universidade em seus mais diversos campos, sejam eles políticos, financeiros, pedagógicos e culturais. Nesse sentido, a questão que se coloca é a seguinte: que mudanças podemos observar na organização da UEFS a partir da implantação do sistema de reserva de vagas no processo seletivo?

A partir da questão problematizadora e das características do sistema de reserva de vagas da universidade o percurso metodológico para a realização desse trabalho se estruturou da seguinte forma:

1 - Estudo de textos que versam sobre universidade no Brasil e sobre ações afirmativas para a construção de argumentações consistentes sobre o tema;

2 - Verificação acerca das políticas adotadas com vistas ao acesso e à permanência de estudantes beneficiados pela reserva de vagas considerando os perfis de classe e étnicorracial.

As fontes utilizadas nesse trabalho são relatórios anuais da universidade e documentos da Comissão de Ações Afirmativas. Os relatórios envolvem o período de 2005 a 2011. Levou-se em consideração os dois anos antes da implantação da reserva de vagas para que se pudesse estabelecer uma comparação entre a situação anterior ao sistema e as alterações decorrentes do mesmo. Mereceu atenção especial nas análises as ações administrativas referentes ao acesso e à permanência estudantis, foco desse trabalho.

Quanto aos documentos da Comissão de Ações Afirmativas priorizou-se a proposta elaborada pela mesma e aprovada pelo Conselho Universitário, onde são apresentadas as propostas de acesso e permanências da UEFS e o documento referência para o I Seminário de Ações Afirmativas, realizado em Novembro de 2011.

A Universidade Brasileira: breve histórico

Em seu texto «La Educación Superior en América Latina: Democracia o Plutocracia?» Milcíades Vizcaíno G.¹ coloca a seguinte pergunta como orientadora de seu trabalho: «¿en qué medida la educación superior contribuye a desarrollar democracia, o qué tanto replica los privilegios de la plutocracia? Tomando como referência a realidade brasileira podemos afirmar que a universidade ao longo da história muito mais reproduziu e referendou as desigualdades sociais. Para compreender o lugar da universidade na sociedade brasileira cabe, nesse artigo, retomar aspectos históricos de sua construção em nosso país, além de pensar pelo viés da classe e da raça², que sujeitos, historicamente, construíram e usufruíram do ensino superior no Brasil. Ao longo da exposição será possível perceber uma linearidade no que se refere a esses grupos étnicos, visto que riqueza e pobreza, no Brasil tem cor. Dessa forma, desde sua criação no século XIX até o início do século XXI, a composição majoritária de brancos e indivíduos oriundos das elites brasileiras, permaneceu quase inalterada. É o advento das Ações Afirmativas, em suas mais variadas formas de garantir o acesso de indivíduos da classe trabalhadora na universidade, que vai paulatinamente mudando a configuração desta, especialmente em relação aos cursos considerados de maior prestígio social a exemplo de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Direito, Administração, Economia, Ciências Contábeis e as engenharias.

O ensino superior no Brasil, em comparação mesmo com países na América do Sul, surge tardiamente. Enquanto que no Século XVI, na Amé-

rica Espanhola já havia seis universidades, na América não havia nenhuma. No Brasil o ensino superior chega ao Século XIX, mais precisamente em 1808, quando da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro. São três séculos sem a possibilidade de, mesmo as elites nativas, obterem sua formação em nível superior no Brasil. Dessa forma, tornava-se ainda mais elitista o ensino superior que estava destinado aqueles que podiam enviar seus filhos à Europa para estudos superiores. De certa maneira esta conjuntura favorecia o controle da metrópole sobre a colônia, na medida em que as elites dirigentes da colônia ao se deslocarem, principalmente para Coimbra, não apenas aprendiam as lições de seu ofício, mas absorviam toda uma cultura que seria reproduzida no Brasil. A universidade foi negada até mesmo aos Jesuítas – representantes da Corôa na colônia (FÁVERO, 2006)³. Durante o Império e até a terceira década da República o ensino superior no Brasil se expandiu com escolas isoladas principalmente de direito, medicina e engenharias.

São, portanto, pouco mais de duzentos anos de ensino superior no País e menos de um século de universidade. A primeira Universidade Brasileira foi criada na década de 1920, mas ainda com uma cultura muito marcada pelas escolas isoladas, visto que ela se constituiu a partir da junção de escolas já existentes como afirma Fávero:

«(...) a 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no decreto de 1915. Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características» (2006, p.27).

No contexto de surgimento do Ensino Superior no Brasil e, posteriormente do surgimento da primeira universidade, não se pode perder de vista a formação da sociedade brasileira. A escravidão só foi abolida no Brasil no século XIX, a 13 de maio de 1888, há 80 anos da criação do primeiro curso de ensino superior no Brasil. Com um grande contingente da população descendente de escravizados, que durante séculos foram privados de direitos, dentre eles o direito à educação, era previsível que no modelo social e econômico em que se desenvolveu a sociedade brasileira, estes se tornariam, depois de escravos, o grupo social de menor poder aquisitivo e, conseqüentemente de menor escolarização e vice-versa.

Ao longo do século XX ocorreram mudanças no cenário da educação acompanhado do aumento de vagas, inclusive no ensino superior. As décadas de 1960 e 1970 são marcos importantes desse aumento, quando houve um crescimento de 1.340% até o ano de 1980, voltando a reduzir-se durante a década de 80 do século XX, quando o número de estudantes nas universidades não acompanhou o crescimento da população (Vieira, 2003)⁴. Na década de 1990 a distribuição das vagas para o ensino superior se apresenta da seguinte forma:

«Embora o número de vagas tenha crescido substancialmente ao longo da década de 90, o quadro de desigualdade não melhorou, chegando mesmo a se agravar: em 1992, os 50% mais pobres ocupavam 8,5% das vagas enquanto os 10% mais ricos ficavam 45,6% do total; em 1999 os dados eram os seguintes: 6,9% das vagas para os 50% mais pobre e 47,8% para os 10% mais ricos» (VIEIRA, 2003, p.82-83).

Vale destacar que a distribuição das vagas entre as classes e as raças continua perversa nos dias atuais e que, no Brasil, os mais pobres são os negros. Só a partir da primeira década do século XXI ocorrem movimentações nesse sentido que provocam mudanças importantes na universidade brasileira, como por exemplo, os programas de Ações Afirmativas com reservas de vagas raciais e sociais.

As ações afirmativas na universidade brasileira

O quadro de desigualdade social e racial no acesso ao ensino superior do Brasil é confirmado pelos dados do IBGE (BRASIL, 2009)⁵: no ano de 2008, dois terços dos jovens brancos e menos de um terço dos jovens pretos e pardos cursavam o nível superior. Além disso, 14,7% dos brancos tinham superior completo, enquanto somente 4,7% dos pretos e pardos adultos tinham esta oportunidade. Para quaisquer dos grupos raciais o acesso ao ensino superior ainda é uma dificuldade. Entretanto os dados revelam que para os negros, (pretos e pardos) essa dificuldade é muito maior. A diferença em valores absolutos entre os jovens cursando o ensino superior, segundo os dados, é cerca de 1.277.000 estudantes negros ou pardos sem acesso ao ensino superior, em relação aos jovens brancos.

Nesse contexto, torna-se importante lembrar que em 2008, estamos a mais de uma década do processo de universalização do Ensino Fundamental iniciado nos anos 1990, através de políticas voltadas para esse fim, e cuja criação do FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) em 1996 e vigorando a partir de 1998, torna o sistema educacional menos desigual, pelo menos em tese. Em período anterior ao mencionado o quadro das desigualdades educacionais era ainda mais perverso. Se não há universalização da escola pública em quaisquer dos níveis, isso significa que a população pobre de modo geral, e majoritariamente os negros, estarão fora do sistema, visto que a escola pública é espaço formal de educação da população pobre e, portanto, o locus principal de escolarização dos negros, no Brasil. A situação de desigualdade torna-se ainda mais grave no ensino superior. É nesse quadro de desigualdades, e porque não dizer de exclusão dos pobres e negros do ensino superior, que se dá a movimentação em torno de uma política diferenciada para o acesso de estudantes pobres na universidade pública. Em 2001 os dados comparativos entre negros e brancos no ensino superior demonstram o quanto a política de cotas tem legitimidade no contexto político, social e econômico.

Do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros (HENRIQUES, 2001 apud MUNANGA, 2007, p.11)⁶.

Oito anos depois, a situação não muda significativamente como se pode observar nos dados abaixo:

Proporção das pessoas com 25 anos ou mais de idade com ensino superior concluído segundo a cor ou raça – Brasil 1999/2009

Ano	Branco	Pardos	Pretos	Pretos e pardos
1999	9,8	2,3	2,3	4,6
2009	15,0	5,3	4,7	10,0

Fonte: IBGE: Síntese de Indicadores Sociais 2009

As Ações afirmativas no ensino superior não são uma invenção brasileira, como afirma Munanga (2007,p.9). A Índia e os Estados Unidos são exemplos de implantação de um sistema de cotas em benefício de um determinado grupo étnico.

A seguinte questão posta por Munanga, nos parece ser a desencadeadora do movimento em favor da implantação das cotas no Brasil: «como aumentar a representação do negro na educação superior, visando tanto à melhoria das oportunidades de ingresso e permanência, como a diminuição das desigualdades acumuladas durante cerca de 400 anos?» (MUNANGA, 2007,p.12). Como toda ação provoca uma reação, não faltaram argumentos contra as cotas, vinda de todos os setores: da mídia, de intelectuais, entre outros. Dentre os argumentos contra as cotas⁷ estava o de que as mesmas fomentariam o racismo entre negros e brancos, não existente em nossa sociedade.

«(...) o Brasil é ou é não racista? Se for racista- quanto a isso não há mais dúvida - os conflitos existem e devem existir, não obstante encobertos pelo mito da democracia racial e pelo silêncio, uma das peças importantes da ideologia racial brasileira(...). Pergunto-me também de onde viria o clima de hostilidade: dos alunos brancos pobres, também beneficiados pelas cotas, dos índios ou da casta rica e da classe média branca? Eu pessoalmente não acredito nesta hipótese. E se ela acontecer, eu prefiro ser massacrado abertamente à luz do dia por um inimigo visível, do que por um inimigo invisível, que age no silêncio e na escuridão, como sempre aconteceu» (MUNANGA, 2007, p.13).

É nesse clima de contestação, dúvida e adesões que as cotas são instituídas no ensino superior brasileiro. As primeiras universidades a instituírem o sistema foram a Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2002 e a Universidade do Estado da Bahia em 2003. Hoje, são 228 universidades e/ou faculdades que adotam o sistema em uma de suas formas: cotas raciais, cotas

sociais, cotas raciais e sociais ou a bonificação que pode ser de cunho racial ou social. As cotas sociais, em geral, beneficiam alunos de escola pública, deficientes físicos e mulheres. As cotas raciais beneficiam majoritariamente negros e indígenas e no Estado da Bahia inclui-se quilombolas.

Na UEFS o sistema de reserva de vagas é aprovado pelo CONSU (Conselho Superior Universitário) em 2004, mas o primeiro vestibular com a reserva só ocorrerá no primeiro semestre letivo de 2007. Em 2004 fora criada uma comissão com a incumbência de elaborar uma proposta de reserva de vagas a ser apreciada pelo CONSU. Em 2006 o CONSU aprovou a Resolução 034/06, instituindo o sistema de Reserva de Vagas e a Comissão de Permanência, responsável por elaborar e acompanhar a política de permanência e pós-permanência além de elaborar e divulgar relatórios anuais dos resultados da política de inclusão. Vale ressaltar que essa conquista se deu graças à pressão de setores da comunidade externa como o MNU (Movimento Negro Unificado), da FRENEF (Frente Negra Feirense) e da comunidade interna NE-NUFEFS (Núcleo de Estudantes negros e negras da UEFS).

O sistema de reserva de vagas na UEFS é composto por reservas sociais e raciais. Sociais à medida que beneficia exclusivamente alunos de escola pública que no Brasil é por excelência a escola dos grupos sociais economicamente menos favorecidos, e racial porque dentre as vagas para escola pública destina um percentual importante para estudantes afrodescendentes (pretos e pardos), além de duas vagas extras disputadas entre indígenas e quilombolas. Desde o seu funcionamento o sistema já beneficiou cerca de 2.500 estudantes oriundos de escola pública, considerando o período 2007 – 2010, quando foram oferecidas 5.355 vagas.

As Ações Afirmativas na UEFS

A UEFS está situada no Território do Portal do Sertão no Estado da Bahia, tendo sido instalada no ano de 1976. Atualmente possui 27 cursos de graduação, 13 cursos de pós graduação *strictu sensu* em várias áreas, atendendo a cerca de 7800 alunos dos mais diversos territórios do estado da Bahia e de outros estados da Federação⁸.

A partir da implantação do sistema, a universidade teve que se reconfigurar para atender a uma clientela que embora estivesse presente na universidade, se diluía no pensamento universalista de tratar a todos de forma «igual», quando na verdade contribuía para o aprofundamento das desigualdades. Se o objetivo é promover equidade, tratar de forma igual os desiguais não é uma boa estratégia. Aos mais necessitados faz-se necessário uma política que lhe possibilite o acesso e a conclusão de seus estudos, pois como afirma Vizcaino:

«(...) las universidades, como los niveles inferiores, deben aceptar que trabajan en campos no solamente ligados a procesos cognoscitivos, sino que ellos están es-

trechamente vinculados a factores sociales, económicos y culturales, y su desarrollo sólo se alcanza si se opera sobre ellos. A menor desarrollo de un país, mayores esfuerzos deben hacerse, porque el valor agregado esperado de La educación es mayor para compensar las deficiencias de entrada que son producto de las desigualdades» (2007,p.258).

A população estudantil dos cursos de graduação da UEFS, desde a implantação do sistema de reserva de vagas tem sido majoritariamente de alunos oriundos do sistema como se observa no Gráfico I. Nesse sentido, se acesso e permanência são partes de uma mesma política, ações precisam ser desenvolvidas para o atendimento da demanda.

Gráfico I



Fonte: Relatórios Anuais UEFS (2005 -2010)

Quanto ao perfil social e racial dos alunos, nos semestres 2007.1 2011.2, pudemos constatar, de acordo com dados da Pró-Reitoria de Graduação, um aumento importante entre os estudantes com renda de até três salários mínimos⁹. O aumento foi de 52,49% em 2007.1 para 60,5% em 2011.2. No quesito cor/raça temos uma universidade majoritariamente negra. Os negros (pretos e pardos) representavam em 2007.1, 78,68% e em 2011.2, 73,05%. Em relação à escolaridade dos pais observa-se que entre as mães 48,5% não possuem o ensino Médio completo e entre os pais a razão é de 53,49%. Esses dados ratificam a necessidade de maior investimento para a assistência estudantil.

Os dados apresentados nos relatórios da universidade de 2005 a 2011 nos possibilita observar o quanto a universidade tem se reconfigurado a partir da reserva. As mudanças estão presentes na distribuição do orçamento que, a partir de então, apresenta investimento significativo na assistência estudantil. Nesse sentido, é que na UEFS o orçamento para atendimento às demandas estudantis tem sido uma prioridade, e ao longo dos últimos cinco anos quase quadruplicou o montante destinado à assistência estudantil como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico II



Fonte: Relatórios Anuais UEFS (2005 -2010)

O investimento da universidade na democratização de seu espaço ocorre mesmo antes da entrada desses estudantes em seu Campus. Ela se manifesta na possibilidade de acesso com a isenção da taxa de inscrição, por entender que muitos dos estudantes oriundos dos segmentos sociais beneficiados pelo sistema são barrados do processo seletivo pela falta de condições financeiras para concorrer a uma vaga. Com o intuito de tornar o processo seletivo menos excludente, a universidade disponibiliza, mediante critérios de renda, um percentual de seu orçamento para a isenção da taxa de inscrição ao vestibular. Esse percentual tem apresentado aumento significativo ano após ano:

Gráfico III



Fonte: Relatórios Anuais UEFS (2005 -2010)

O Sistema da UEFS tem a peculiaridade de incluir vagas extras para atender a demanda de grupos sociais como indígenas e quilombolas oriundos de escola pública. Essas reservas vão determinar políticas de outra natureza no conjunto do atendimento aos alunos. Se por um lado os alunos de escola pública, de modo geral, vão demandar assistência estudantil que garanta as condições materiais para a sua permanência, os grupos étnicos supracitados demandam por condições culturais que remetam ao modo de viver destes em sua aldeia, em sua comunidade.

Até a paisagem arquitetônica da universidade se alterou. Merece destaque a construção da residência universitária indígena, uma reivindicação desses estudantes em função de suas especificidades culturais (Foto 1). Nesse sentido, a permanência estudantil na universidade avança para além das questões materiais mais imediatas como o restaurante universitário para a garantia da alimentação e da residência para a hospedagem. Importa pensar que esses sujeitos trazem para a universidade sua cultura e que ela, decididamente, influenciará o espaço universitário. Inaugurada em 2010, o projeto da residência indígena, teve a preocupação tanto de acomodá-los de forma confortável, quanto de trazer para a arquitetura elementos dessa cultura e, de certa forma, colocá-los menos distante de casa. Além disso, sua presença no campus denota um olhar novo e culturalmente sensível de pensar a permanência estudantil na UEFS.

Foto I: Residência Indígena



Fonte: Edvan Barbosa. ASCOM/UEFS

No plano jurídico instrumentos legais foram criados para dar conta da nova realidade como, por exemplo, a portaria de criação da Comissão de Ações Afirmativas, as resoluções em torno da regulamentação de bolsas auxílio e, estágio acadêmico para atender ao novo contexto. Vale ressaltar que essas bolsas também tiveram aumento significativo ao longo dos anos:

Gráficos IV e V



Fonte: Relatórios Anuais UEFS 2005-2011

Essas medidas, aliadas ao aumento da captação de bolsas através de Projetos Interinstitucionais, promoveu um crescimento significativo no número de bolsistas na instituição como é possível observar no gráfico abaixo. Houve um aumento de 180% na oferta de Bolsas ao longo dos últimos 6 anos, sendo considerável esse crescimento a partir de 2007, ano de implantação da reserva.

Gráfico VI



Fonte: Relatórios Anuais UEFS 2005-2011

Considerações finais

Indubitavelmente o advento das ações afirmativas no ensino superior brasileiro provoca deslocamentos no interior das universidades. A universidade brasileira que historicamente se afirmou como um espaço destinado às elites, forçosamente passa a conviver com um número expressivo de indivi-

duos oriundos das classes populares que começam a problematizá-la a partir de suas necessidades e visões de mundo. Dentre as mudanças podemos observar que algumas universidades como a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade do Estado da Bahia que já agregaram à sua estrutura uma Pró-Reitoria específica para assuntos estudantis. A UEFS em novembro de 2011 realizou o primeiro seminário de avaliação de sua política de ações afirmativas e sediou um seminário interinstitucional sobre assistência estudantil, algumas mudanças podem sair daí.

Na Universidade Estadual de Feira de Santana, o impacto das ações afirmativas é um campo fértil às análises dos pesquisadores interessados no tema. Neste trabalho nossa intenção foi anunciar que uma universidade diferente tem se delineado a partir do sistema de reserva de vagas. Aprofundar estudos sobre essas diferenças é um desafio a ser enfrentado.

No que concerne ao atendimento à demanda dos estudantes por acesso e permanência as ações empreendidas pela universidade estão longe de atendê-las. Entretanto é possível notar que estas demandas se impõem e provocam mudanças. O alcance destas é que precisa ser analisado pela universidade, inclusive para que se possa pensar políticas universitárias que possam contribuir para que esta seja, de fato, um espaço para se pensar toda a sociedade e que se ponha a serviço da construção de uma sociedade sem desigualdades de forma que as reservas de vagas sejam, um dia, um capítulo superado no ensino superior.

De modo geral, as ações afirmativas, mesmo sendo uma política de natureza reformista, são menos excludentes do que o modelo anterior de acesso à universidade. Sua presença modifica o espaço físico, a perspectiva de gestão, transforma seu campo pedagógico, investigativo, sua cultura.

Torna-se pertinente informar que a universidade não dispõe de receita própria. Em se tratando de uma universidade pública estadual o seu principal mantenedor é o Estado e, infelizmente as verbas destinadas às universidades estão sempre aquém de suas necessidades. Registre-se que a ampliação de bolsas, em grande medida, se deu pela captação de recursos junto As agências de fomento como CAPES, CNPQ, FAPESB, através de editais públicos.

A presença de um número maior de alunos com as condições econômicas e sociais descritas nesse trabalho torna a universidade ainda mais cara e requer maior investimento, pois os anos de desigualdade provocados pelo regime escravista e pela ausência secular e políticas reparadoras deixaram uma dívida muita cara a ser paga e o Estado é o maior responsável por ela.

Fontes

UEFS, Relatórios Anuais: 2005 – 2011. Feira de Santana, 2011. Disponível em www.uefs.br. Acessado em Janeiro/Fevereiro de 2012.

UEFS, Programa de Ações Afirmativas da UEFS: Políticas de acesso, permanência e pós permanência. Feira de Santana, 2009.

Notas:

¹ VIZCAÍNO G., Milcíades. **La educación superior en América Latina ¿Democracia o plutocracia?**. Enpublicacion: Escenarios mundiales de la educación superior. Análisis global y estudios de casos. López Segre, Francisco. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Noviembre 2007 ISBN 978-987-1183-61-6

² Aqui nos referimos ao termo raça em seu sentido político

³ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar, Curitiba*, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR

⁴ VIEIRA, Luiz Renato. A expansão do ensino superior no Brasil: abordagem preliminar das políticas públicas e perspectivas para o ensino de graduação. *Avaliação – Revista da Rede da Avaliação Institucional da Educação Superior*. V.8, n.1, março, 2003.

⁵ BRASIL, Síntese de Indicadores Sociais Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE. 2009.

⁶ MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In. PACHECO, Jairo Queiroz e SILVA, Maria Nilza (orgs). *O negro na universidade: O direito à Inclusão*. Brasília, DF:Fundação Cultural Palmares, 2007.

⁷ Para maiores informações consultar Munanga (2007).

⁸ Dados de 2010.

⁹ O valor do salário mínimo em abril de 2007 era de R\$380,00 (cerca de \$221,67 na cotação atual).